

CONECTANDO COMUNIDADES ÀS SUAS MEMÓRIAS: UMA COMPARAÇÃO DE ARQUIVOS COMUNITÁRIOS EM CINCO PAÍSES¹

Bridging the gaps between communities and their memories: comparing community-based archives in five countries

Andrew Flinn²

Magdalena Wiśniewska-Drewniak³

Mônica Tenaglia⁴

Mengqui Li⁵

Luisa Seixas⁶

Tradução e notas: Mônica Tenaglia⁷ 

RESUMO

Embora o debate internacional sobre arquivos comunitários esteja em expansão, ainda não há estudos consistentes que os analisem sob uma perspectiva comparativa. O presente artigo tem como objetivo promover uma discussão mais sistemática e que aproxime as diversas realidades dos arquivos comunitários em âmbito internacional (confrontando e, eventualmente, problematizando os conceitos e definições propostos pela literatura anglo-

¹ Tradução realizada a partir de: FLINN, A.; WIŚNIEWSKA-DREWNIK, M.; TENAGLIA, M.; LI, M.; SEIXAS, L. Bridging the gaps between communities and their memories: comparing community-based archives in five countries. **Comma: International Journal on Archives**, Liverpool, v. 2022, p. 99–113, 2022. Disponível em: <https://www.liverpooluniversitypress.co.uk/doi/abs/10.3828/coma.2022.10>. Acesso em: 18 maio 2026.

² Professor de Estudos Arquivísticos e História Oral no Departamento de Estudos da Informação do University College London (UCL), em Londres, Inglaterra. E-mail: a.flinn@ucl.ac.uk.

³ Professora de Estudos Arquivísticos e Gestão de Documentos na Faculdade de História da Universidade Nicolau Copérnico, em Toruń, Polônia. E-mail: magwis@umk.pl.

⁴ Professora de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e no Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: monica_tenaglia@id.uff.br.

⁵ Pesquisador Associado do Instituto de Informação Científica e Técnica da China. E-mail: lmq82888@163.com.

⁶ Doutoranda na Universidade NOVA de Lisboa. E-mail: luisaseixas@fcs.unl.pt.

⁷ Professora de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e no Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (UFPA): monica_tenaglia@id.uff.br.



saxônica dominante sobre o tema). Este artigo se baseia na apresentação dos autores na Conferência do Conselho Internacional de Arquivos, em Roma, em 2022, na qual se realizou uma análise comparativa dos contextos, das formas e do funcionamento de arquivos comunitários em cinco países diferentes (Brasil, China, Polônia, Portugal e Reino Unido). Os autores sugerem, adicionalmente, um conjunto preliminar de seis critérios considerados pertinentes para subsidiar futuras análises comparativas internacionais voltadas à compreensão dos arquivos comunitários: terminologia e definições; tipologias e características dos arquivos; história recente e estrutura social do país/região; relações com entidades externas; financiamento e apoio; legislação e sistemas nacionais de arquivos e de patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos comunitários. Patrimônio comunitário. Estudos comparativos em Arquivologia. Políticas e legislação arquivística. Tipologias e características.

ABSTRACT

While there is a developing international discussion on the topic of community archives in different parts of the world, there has not been any sustained attempt to study community-based archives within a comparative framework. The aim of the article is to initiate a more systematic and comparative discussion of the different realities of community archives internationally (measured against and perhaps critiquing the descriptions and definitions offered by the dominant Anglophone literature on the topic). This article draws upon the authors' presentation at the ICA's Rome 2022 Conference of their comparative analysis of the contexts, form, and operation of community archives in five different countries (Brazil, China, Poland, Portugal and the United Kingdom). The authors also put forward an initial set of six criteria they believe are useful for future international comparative approaches to understanding community archives: terminology and definitions; typologies and characteristics of the archives; recent history and social structure of the country/region; relationships with external entities; funding and support; law and national archival and heritage systems.

KEYWORDS: Community archives. Community heritage. Comparative archival studies. Archival policies and legislation. Typologies and characteristics.

ABSTRACT

The article presents the work experience of *Armazém Memória* through a parallel with Leila Guerriero's chronicle "*El rastro en los huesos*", analyzing Marcelo Zelic's role in the construction of policies of memory, truth, justice, reparation, and non-repetition in Brazil. The text analyzes and connects interviews, testimonies, journalistic productions, and theoretical references on memory and state violence in Latin America. The study demonstrates how *Armazém Memória* developed a heterodox method of investigation based on the digitization, indexing, and public dissemination of archives, as well as collaboration with researchers, social movements, journalists, archivists, and human rights organizations. Among the key moments highlighted in this trajectory are the rediscovery of the Figueiredo Report, the expansion of the Brazilian National Truth Commission's investigations into violations committed against Indigenous peoples, and the consolidation of the Indigenous Virtual Reference Center. The article concludes that memory work



constitutes a political and ethical practice of confronting memoricide, capable of strengthening processes of historical reparation and the defense of human rights in the present.

KEYWORDS: Memory. Human rights. Military dictatorship. *Armazém Memória*.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo baseia-se na apresentação dos autores na Conferência do Conselho Internacional de Arquivos, realizada em Roma em 2022, na qual se realizou uma análise comparativa dos contextos, das formas e do funcionamento de arquivos comunitários em cinco países diferentes (Brasil, China, Polônia, Portugal e Reino Unido). Este trabalho emerge de um reconhecimento compartilhado de que, embora o debate internacional sobre arquivos comunitários esteja em desenvolvimento em diferentes regiões do mundo, ainda não se registraram estudos consistentes que os abordem sob uma perspectiva comparativa. Por meio de nossas redes de contato, temos conhecimento de discussões acerca de práticas análogas às de arquivos comunitários na Europa, nas Américas, na Austrália, na Ásia e na África. No entanto, a maior parte da literatura acadêmica e profissional disponível permanece dominada por autores de língua inglesa, especialmente, dos Estados Unidos e do Reino Unido⁸. Essa literatura, juntamente com os estudos relacionados a arquivos comunitários em outras regiões dos quais temos conhecimento, contribuiu para nossa compreensão desses arquivos em âmbito internacional. Ainda assim, os autores deste artigo sustentam que uma análise mais sistemática e comparativa das diversas realidades internacionais dos arquivos comunitários (tomando como referência e, eventualmente, problematizando as definições e descrições oferecidas pela literatura anglo-saxônica dominante até o momento) será relevante não apenas para pesquisadores, mas, sobretudo, para os próprios profissionais envolvidos na gestão desses arquivos. Vale ressaltar que quatro dos cinco

⁸ Uma visão geral recente da literatura, predominantemente anglófona, sobre arquivos comunitários está disponível em Poole (2020). O volume mais recente sobre o tema, editado por Bastian e Flinn (2020), amplia o escopo dos estudos de caso para incluir a Ásia e as ilhas do Pacífico, embora ainda não abranja a totalidade das atividades de arquivos comunitários em nível global.



autores aqui presentes são de países não anglófonos e todos vêm de nações com contextos nacionais de arquivos e de patrimônio comunitários muito diferentes. No futuro, ampliaremos nossa colaboração com outros colegas na África, na Ásia e nas Américas. Acreditamos que um conhecimento e uma consciência mais profundos dos diferentes contextos e realidades em que os arquivos comunitários operam, internacionalmente, são um primeiro passo para apoiar e sustentar, de forma mais eficaz, diversos projetos de Arquivologia e de patrimônio comunitário em diferentes países, incluindo países não ocidentais e não anglófonos.

Observando que a heterogeneidade dos arquivos comunitários, suas diversas origens, coleções variadas e abordagens independentes decorrem dos indivíduos e comunidades responsáveis por sua existência, e não das definições e observações de pesquisadores acadêmicos e profissionais, é necessário reconhecer os contextos e as realidades do mundo real que sustentam a forma dos arquivos comunitários existentes. Assim, a intenção de nossa abordagem comparativa é fornecer, em primeiro lugar, uma descrição mais rica desses contextos e realidades e, ao fazê-lo, apresentar uma primeira estrutura para promover o estudo internacional de arquivos comunitários, divulgando sua relevância para pesquisadores, comunidades e movimentos sociais, e fomentando a cooperação internacional entre profissionais da área.

Reconhecemos, de forma explícita, a complexidade inerente à definição e à terminologia neste campo, bem como a ausência de consenso quanto ao uso e à generalização do termo “arquivo comunitário” — que nem sempre é aplicado a todos os contextos. Por exemplo, no Reino Unido, o termo “arquivo(s) comunitário(s)” é amplamente utilizado nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, mas frequentemente com uma ênfase ligeiramente diferente e sutil. A versão portuguesa do termo é a tradução literal: arquivo de comunidade (plural: arquivos de comunidade). O termo polonês, no entanto, apresenta-se um pouco diferente: *archiwum społeczne* (plural: *archiwa społeczne*): sua tradução literal para o inglês é “arquivo(s) social(is)”, o que não faz referência à comunidade. *Spółeczny* significa algo relativo à sociedade ou a uma parte dela, ou algo criado pela sociedade e compartilhado por ela, e organizado por alguma parte da sociedade de forma independente, sem a participação do Estado. Apesar dessas diferenças (e reconhecendo que muitos profissionais de arquivos comunitários não usam o termo), é importante definir, neste artigo, o que entendemos por arquivos comunitários. O termo tem sido objeto de amplo debate nas últimas duas décadas, sendo, contudo, geralmente empregado para descrever iniciativas que



envolvem a coleta e o uso de arquivos e outros materiais patrimoniais diversos, produzidos sobre uma comunidade ou por ela mesma, com distintos níveis de participação ativa da comunidade envolvida. Essas iniciativas, frequentemente, se configuram como uma contraposição às práticas de coleta e ao enfoque de instituições arquivísticas mais estabelecidas.

A terminologia e as definições do amplo panorama de práticas, métodos e características tangíveis e intangíveis desses fenômenos constituem um dos principais desafios quando se trata de identificar, estudar e compreender arquivos comunitários. Isso se relaciona ao fato de que, como um movimento socialmente enraizado, eles são profundamente impactados por diversos contextos culturais, incluindo a língua, a história, as estruturas sociais e as práticas legais e culturais. Arquivos comunitários são, intensamente, contextuais; portanto, nosso estudo conjunto busca compreender as diferentes terminologias e interpretações empregadas em distintos países, reconhecendo que o debate emergente dessas variações contribui para uma compreensão mais abrangente do movimento.

Desde 2019, os autores vêm colaborando em diversos fóruns e espaços (incluindo apresentações conjuntas em conferências⁹, bem como atividades contínuas de pesquisa e discussão), com o objetivo inicial de comparar o desenvolvimento de arquivos comunitários em nossos respectivos países e, posteriormente, desenvolver uma abordagem comparativa capaz de estender este estudo a outras regiões. Para facilitar a análise comparativa dos contextos nacionais em que os arquivos comunitários operam, propusemos um conjunto de critérios amplos destinado a apoiar a análise de aspectos significativos dos arquivos e do patrimônio comunitário. Pretendemos descrever, detalhadamente, o desenvolvimento desta abordagem e dos critérios em outra publicação, mas, resumidamente, isso significa identificar, a partir do nosso próprio trabalho colaborativo, um conjunto de condições que acreditamos influenciar, significativamente, o desenvolvimento e as atividades dos arquivos comunitários em diferentes contextos. Esperamos que isso facilite a comparação de diversas características sociais, geográficas e culturais (incluindo a história recente, os sistemas políticos e econômicos e as estruturas culturais e sociais) e o impacto dessas características no desenvolvimento dos arquivos comunitários. Os seis critérios que

⁹ Por exemplo, AERI 2020, IFPH Berlin 2022 e ICA Roma 2022.



desenvolvemos em conjunto e que estamos, atualmente, testando em diversos contextos nacionais, são:

1. Terminologia e definições;
2. Tipologias e características;
3. História recente e estrutura social;
4. Relações com entidades externas;
5. Financiamento e apoio;
6. Leis e sistemas nacionais de arquivos e de patrimônio.

Neste artigo, por questão de espaço, escolhemos escrever, brevemente, apenas sobre os três critérios que cada autor selecionou como os mais significativos para o contexto e as realidades de nossos países (tipologias e características (Reino Unido, Polônia, China e Portugal), história recente e estrutura social (Reino Unido, Polônia e Brasil), relações com entidades externas (Reino Unido, Polônia, Brasil, China e Portugal), financiamento e apoio (Brasil), leis e sistemas nacionais de arquivos e patrimônio (China e Portugal). Ao fazê-lo, buscamos submeter essa abordagem à análise de sua utilidade e fomentar uma discussão comparativa mais aprofundada sobre arquivos comunitários em distintos contextos nacionais.

2 REINO UNIDO

É difícil determinar com precisão o número de arquivos comunitários ativos no Reino Unido. Em 2006, o *UK & Ireland Community Archives and Heritage Group* (CAHG) estimou a existência de, aproximadamente, 3 mil arquivos, enquanto seu diretório *online*, atualmente, registra mais de 750 instituições¹⁰, embora nem todas permaneçam ativas e a cobertura do banco de dados apresente lacunas. No entanto, a qualquer momento, pode haver milhares de grupos e indivíduos envolvidos ativamente em atividades de arquivo e de patrimônio comunitário, com uma variedade de tipos de coleções e significados que transcendem as definições e designações profissionais. Com frequência, essas comunidades têm sido definidas pela localidade e motivadas pela conexão entre a história do

¹⁰ Busca realizada no diretório do CAHG, em 31 de janeiro de 2023 (Community Archives and Heritage Group, 2023).



lugar e a própria comunidade¹¹. Muitos desses arquivos locais são recentes e, às vezes, de curta duração (respondendo a iniciativas específicas de financiamento) mas, em outros casos, foram estabelecidos há muito tempo, associados a uma história local profundamente enraizada (Cosson, 2017). Outros arquivos comunitários combinam o lugar com outro fator, como atividades profissionais e o local de trabalho, ou com uma paixão compartilhada, como a música popular ou os clubes esportivos¹². Além desses arquivos locais e voltados a interesses específicos, existe, no Reino Unido, uma tradição consolidada de arquivos independentes e comunitários que realizam seu trabalho histórico de forma explicitamente, política e ativista, promovendo movimentos sociais ou políticos ou articulando identidades específicas, incluindo questões relacionadas à classe trabalhadora, gênero, orientações sexuais diversas, deficiência, bem como etnia, raça e fé (Flinn, 2018). Essa diversidade reflete tanto a complexidade quanto a natureza contestada da sociedade britânica contemporânea, os legados de seu passado imperial e as transformações demográficas, bem como a relevância das lutas por identidade, pertencimento, representação e memória histórica para múltiplas comunidades no país.

Essa configuração geral e diversificada de arquivos comunitários no Reino Unido está intimamente vinculada a distintas tendências e desenvolvimentos da história recente. Embora o Reino Unido (com a significativa exceção da Irlanda do Norte) não tenha vivenciado os mesmos níveis de transformações políticas radicais e de conflitos do século XX observados em diversos outros países (incluindo aqueles analisados neste artigo), o período foi marcado por mudanças políticas e sociais consideráveis. Entre estas, incluem-se a expansão do direito de voto a trabalhadores e mulheres, a experiência de duas guerras mundiais, o crescimento e posterior declínio do império britânico, ondas significativas de migração, profundas transformações econômicas e industriais, bem como, mais recentemente, debates sobre a identidade britânica e sua relação com a Europa. A forma, o foco e a operação do patrimônio comunitário, como parte de uma abordagem mais ampla da história e do patrimônio no Reino Unido (frequentemente desafiando narrativas nacionais dominantes), encontram-se fortemente condicionados por essas mudanças políticas e sociais de grande amplitude (Hall, 1999).

¹¹ Por exemplo, foram localizados 122 arquivos relacionados ao leste da Inglaterra, ao pesquisar “*East of England*” no diretório do CAHG. Busca realizada em 31 de janeiro de 2023.

¹² Por exemplo, ao pesquisar “*music*” no diretório do CAHG em 31 de janeiro 2023.



As longas tradições de engajamento em atividades de pesquisa “*serious leisure*” ou “amadoras”, conduzidas de forma independente por sociedades históricas, arqueológicas, científicas e antiquárias locais, foram, significativamente, ampliadas no período pós-Segunda Guerra Mundial. Esse fenômeno esteve associado à crescente valorização da história local e da história familiar como temas de interesse popular, bem como ao seu reconhecimento progressivo como objetos legítimos de investigação tanto no âmbito acadêmico quanto fora dele. Frequentemente, essas práticas promovem diálogos entre narrativas locais e familiares e a história social mais ampla, incorporando abordagens de história oral e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento de arquivos comunitários e de iniciativas voltadas à preservação do patrimônio cultural. Tais processos revelam-se particularmente relevantes em comunidades que enfrentaram profundas transformações sociais e econômicas (Finnegan, 2005; Flinn, 2007). Esse aspecto, em particular, despertou interesse e atraiu financiamento de diversas agências governamentais, tanto em nível local quanto nacional, que reconheceram o valor do patrimônio e das iniciativas de engajamento patrimonial (inclusive aquelas desenvolvidas em âmbito comunitário) como fatores que contribuem para resultados sociais positivos, bem como para a promoção da saúde e do bem-estar em comunidades afetadas por transformações socioeconômicas e, historicamente, desfavorecidas (Jura Consultants, 2009).

Além do incentivo “de cima para baixo”, proporcionado pelo financiamento governamental com finalidades sociais, a realização de atividades de arquivos comunitários também refletia o desejo das próprias comunidades de enfrentar questões relacionadas a direitos civis, ao combate à discriminação, à retificação de distorções históricas e apagamentos, bem como promover lutas por justiça e transformação social. Ao longo do século XX e no início do século XXI, comunidades definidas por fé, identidade étnica, classe social, gênero e diversidade sexual manifestaram a intenção de narrar e compartilhar suas histórias por meio da criação de arquivos, museus e bibliotecas independentes, estruturados e geridos pelas próprias comunidades. As lutas contra o Estado e contra práticas discriminatórias institucionalizadas, bem como a busca por reconhecimento e representação, apoiam-se nas histórias e no patrimônio comunitário como recursos estratégicos para inspirar e fundamentar tais mobilizações, ao mesmo tempo em que contribuem para a construção de identidade e senso de pertencimento, bem como para a



contestação das lacunas e das interpretações equivocadas presentes em outras narrativas nacionais e práticas arquivísticas (Ishmael *et al.*, 2020).

Como já foi destacado, dois dos principais fatores externos que influenciam o surgimento de arquivos comunitários no Reino Unido são a disponibilidade de fontes de financiamento e as redes de apoio ao desenvolvimento desses arquivos. A obtenção de financiamentos sustentáveis constitui, frequentemente, a preocupação mais premente para arquivos baseados na comunidade, especialmente, aqueles que necessitam manter uma infraestrutura física. Embora alguns arquivos sejam mantidos por recursos provenientes de indivíduos e das próprias comunidades, a maioria depende de aportes regulares de financiamento externo, grande parte dos quais estruturada sob a forma de projetos específicos. O principal e mais significativo financiador de atividades relacionadas ao patrimônio comunitário é o *National Lottery Heritage Fund* (NLHF, anteriormente *Heritage Lottery Fund*) que, desde 1994, destinou mais de £560 milhões a projetos de patrimônio cultural comunitário¹³. Fontes de financiamento semelhantes, embora em menor escala, voltadas ao engajamento com o patrimônio comunitário por meio das artes, também são oferecidas por organismos como o *UK Arts Council*¹⁴. Apesar de sua relevância para o setor (uma vez que o funcionamento e a vitalidade dos arquivos comunitários no Reino Unido dependem, em grande medida, dessa fonte de financiamento), essa dependência pode gerar desafios e comprometer a autonomia das organizações comunitárias. Isso ocorre na medida em que precisam atender a agendas externas, muitas vezes substituindo fontes de financiamento mais sustentáveis e atividades centrais por abordagens orientadas a projetos, ficando ainda sujeitas a alterações nas políticas e diretrizes governamentais.

Em reconhecimento ao crescimento e à relevância dos arquivos comunitários, nas últimas duas décadas, a relação entre organizações tradicionais de patrimônio e arquivos comunitários evoluiu de um quadro marcado por frequente desconhecimento e antagonismo para um modelo caracterizado por cooperação e parceria (Stevens, Flinn, Shepherd, 2010). Alguns arquivos e museus locais passaram a patrocinar redes de arquivos comunitários regionais e locais, promovendo o apoio mútuo e o compartilhamento de recursos. Um exemplo emblemático dessa mudança em direção a

¹³ Dados extraídos em 31 de janeiro de 2023 (The National Lottery Heritage Fund, 2023).

¹⁴ Por exemplo, *“Our open funds”* (Arts Council England, 2026) e *“Help with finding funding”* (Community Archives and Heritage Group, 2026).



maior reconhecimento e colaboração é o *Community Archive and Heritage Group* (CAHG), atuante no Reino Unido e na Irlanda. Fundado em 2004, como resposta à crescente conscientização no setor de arquivos e patrimônio acerca dos arquivos comunitários e dos desafios que enfrentavam, o CAHG integrou-se à Associação dos Arquivistas do Reino Unido e da Irlanda (Archives and Records Association — ARA) em 2011, mantendo, contudo, um elevado grau de independência¹⁵. Embora ainda seja amplamente gerido por voluntários e disponha de recursos financeiros limitados, o CAHG, em conjunto com outras redes escocesas, irlandesas e regionais da Inglaterra, reúne arquivistas comunitários e profissionais de patrimônio para promover a defesa dos arquivos comunitários, oferecendo orientação, suporte técnico e um registro sistemático das atividades desenvolvidas nesse âmbito (Community Archives and Heritage Group, 2023).

3 POLÔNIA

O panorama dos arquivos comunitários na Polônia apresenta-se, simultaneamente, diversificado e pouco explorado, o que dificulta generalizações amplas. Com o objetivo de fornecer uma visão sintética voltada a um público internacional, ao mesmo tempo em que se destacam características que os diferenciam de experiências em outros contextos, três aspectos fundamentais que influenciam os arquivos comunitários poloneses são, brevemente, delineados a seguir: a estrutura social contemporânea e a história recente da Polônia; as tipologias e características específicas desses arquivos; e as relações mantidas com entidades externas.

A Polônia é um país homogêneo — a maioria (mais de 90%) da população é caucasiana, católica e polonesa (Statistics Poland, 2026). Portanto, o foco em etnias e minorias nos arquivos comunitários, tão frequentemente observado no Reino Unido e nos Estados Unidos, é raro na Polônia. O panorama contemporâneo dos arquivos comunitários foi significativamente influenciado pelo turbulento século XX: a Polônia, recuperando a independência em 1918; a experiência da Segunda Guerra Mundial (campos de concentração, deportações, trabalho forçado, vida sob a ocupação nazista, resistência social, forças armadas clandestinas); mudança das fronteiras nacionais e movimentos populacionais após a guerra; e experiência do comunismo de 1944–1945 a 1989–

¹⁵ O surgimento dos arquivos comunitários e do CAHG foi analisado por Mander (2009).



1990 (repressão aos antigos soldados da resistência e à oposição anticomunista, vida cotidiana sob o regime totalitário, falta de pluralismo político e liberdade de expressão). O impacto desses eventos na vida das pessoas comuns é um tema recorrente nos arquivos comunitários.

Essas circunstâncias também influenciaram a criação de arquivos comunitários no passado. Um exemplo é o Arquivo de Guerra Polonês (1915–1921), um grupo informal formado por historiadores, arquivistas e bibliotecários para documentar a participação dos poloneses na Primeira Guerra Mundial e o impacto da guerra na sociedade polonesa, bem como músicas, idioma e costumes relacionados à guerra (Roman, 2019). Depois da Segunda Guerra Mundial, no período comunista, a atividade cívica independente era proibida, e o Estado controlava rigidamente a narrativa do passado. Iniciativas de base só podiam operar clandestinamente e ilegalmente. Este é o início dos maiores arquivos comunitários na Polônia: a Fundação General Elżbieta Zawacka, em Toruń (Fundacja Generał Elżbiety Zawackiej, 2026) e a Fundação Centro KARTA, em Varsóvia (Fundacja Ośrodek Karta, 2026). Ambos surgiram durante o período comunista para registrar tópicos ausentes das narrativas históricas oficiais (Zawacka, na década de 1960, documentando a história das forças armadas clandestinas durante a Segunda Guerra Mundial; KARTA, na década de 1980, documentando a repressão soviética ao povo polonês e ao movimento anticomunista). Ambos legalizaram suas atividades após a virada democrática em 1990, formando organizações não governamentais (ONGs) que operam com sucesso até hoje (Gluza, 2012a; Minczykowska, 2000).

A história da Polônia, desde o século XIX, é também a história da migração política e econômica. Atualmente, entre 18 e 20 milhões de poloneses e pessoas de origem polonesa vivem fora da Polónia (Polska, 2026). Em muitos países (por exemplo, Alemanha, França, Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Brasil e Austrália), os poloneses criaram instituições que documentaram e preservaram a identidade, a tradição e a língua polonesas — que hoje constituem dezenas de arquivos da diáspora¹⁶.

Arquivos comunitários na Polónia são mantidos, entre outros, por ONGs e grupos informais, assim como por instituições culturais e bibliotecas locais, com níveis variados de independência. Atualmente, o diretório de arquivos comunitários mantido pelo Centro de Arquivos Comunitários contém mais de 700 registros¹⁷. A história local e a história social são os temas mais comuns das

¹⁶ Informações disponíveis em Główny Urząd Statystyczny (2026).

¹⁷ Pesquisa realizada em 23 de janeiro 2023 (Centrum Archiwistyki Społecznej, 2023).



coleções comunitárias na Polônia. Outros tópicos incluem grupos sub-documentados (por exemplo, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+ e mulheres), história do esporte, educação, cultura (por exemplo, teatro, fotografia e música), bem como história de guerra, grupos minoritários e movimentos sociais. Arquivos comunitários, normalmente, colecionam uma ampla gama de fontes: documentos arquivísticos, objetos de bibliotecas e museus, originais e cópias. Os materiais mais populares são fotografias, efêmeras, história oral, documentação pessoal (cartas, diários, boletins escolares e carteiras de identidade antigas), pequenas lembranças e publicações. Muitos arquivos são híbridos (com materiais físicos e digitais) ou, puramente, digitais. Normalmente, arquivos comunitários possuem coleções relativamente pequenas. No entanto, existem vários arquivos comunitários maiores na Polônia, com uma história mais longa e uma posição forte no cenário das instituições culturais (como KARTA e Fundação Zawacka). Tipicamente, o arquivo comunitário é administrado por um pequeno número de voluntários; às vezes, suas atividades são temporariamente financiadas com recursos públicos (Melon, 2023; Ziętał, 2017).

Quanto aos relacionamentos com parceiros externos, a cooperação local e a colaboração com entidades que tratam de temas relacionados ou semelhantes aos do arquivo parecem ser as mais importantes e frequentes. Arquivos comunitários raramente cooperam com arquivos estaduais e universidades, mais frequentemente com outras instituições culturais, ONGs e museus (Melon, 2023; Wiśniewska-Drewniak, 2019). No entanto, é necessário considerar um aspecto mais abrangente das relações envolvendo os arquivos comunitários: esses arquivos têm despertado o interesse das autoridades arquivísticas estatais polonesas há mais de duas décadas. Entre 2002 e 2004, bem como entre 2007 e 2008, o Conselho de Arquivos Comunitários foi estabelecido pela Direção-Geral dos Arquivos do Estado, mas deixou de operar devido à insuficiência de financiamento (Gluza, 2012b). Nesse período, o Centro KARTA, o maior arquivo independente da Polônia, atuava como defensor e articulador do movimento de arquivos comunitários. Especialmente a partir de 2012, o Centro KARTA passou a apoiar sistematicamente os arquivos comunitários, oferecendo uma rede estruturada para seu desenvolvimento. Entre suas iniciativas, destacam-se a criação de um diretório de arquivos comunitários, a publicação de um manual destinado a arquivistas comunitários (Ziętał, 2017), bem como a organização de cursos, workshops e congressos bienais voltados a profissionais do setor. Ademais, o KARTA desenvolveu o Sistema Aberto de Arquivamento (*Otwarty System Archiwizacji – OSA*), uma ferramenta de acesso gratuito



destinada à descrição de documentos arquivísticos, permitindo tanto o registro detalhado de seu conteúdo quanto a disponibilização online de suas descrições e de cópias digitais.

Em 2020, todas essas atividades passaram a ser coordenadas pelo Centro de Arquivos Comunitários (CCA), uma instituição cultural cofundada pelo KARTA e pelo Ministério da Cultura, financiada por este último. As principais áreas de atuação do CCA incluem: educação e apoio a arquivistas comunitários, por meio de publicações, cursos e consultorias; identificação e mapeamento de arquivos comunitários, por meio de banco de dados e pesquisas; promoção e valorização da importância dos arquivos comunitários, por meio de concursos, reportagens e presença em redes sociais; criação de redes entre arquivistas comunitários, mediante a realização de congressos; e fornecimento de infraestrutura de tecnologia da informação, destacando-se o Sistema Aberto de Arquivamento (OSA) (Centrum Archiwistyki Społecznej, 2026b). Destaca-se que toda cooperação entre os arquivos e o CCA ocorre de forma voluntária, pautada pelo apoio e pelo diálogo, e não por mecanismos de supervisão ou de controle. O CCA atua como parceiro dos arquivos comunitários, e não como órgão regulador; contudo, a instituição não dispõe de recursos ou de capacidade formal para oferecer suporte financeiro direto a esses arquivos (Centrum Archiwistyki Społecznej, 2026a).

4 BRASIL

O presente estudo focaliza o estado do Pará, situado na região norte do Brasil — a região do país que, historicamente, recebe menor atenção acadêmica e institucional —, e que abrange parte significativa da Floresta Amazônica. Trata-se do segundo maior estado brasileiro, com uma extensão territorial superior a 1.200.000 km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2026), equivalente a, aproximadamente, quatro vezes o território da Itália ou seis vezes o do Reino Unido. O Pará é, com frequência, destaque na mídia em virtude de conflitos fundiários, especialmente os que envolvem comunidades indígenas e a invasão de seus territórios por garimpeiros, madeireiros e organizações envolvidas no tráfico de drogas. A compreensão das condições sociais, políticas e econômicas do Brasil e, em particular, do Pará, mostra-se fundamental para analisar o papel das comunidades locais, bem como o surgimento de movimentos sociais, centros comunitários e grupos



organizados e de seus arquivos, uma vez que esses acervos se caracterizam primordialmente por seu profundo enraizamento social.

No que se refere à história recente e à estrutura social dos arquivos comunitários no Brasil, observa-se que as primeiras referências a esse tipo de arquivo estão vinculadas a movimentos sociais, especialmente, entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980 (Camoleze, 2022), sendo, ocasionalmente, denominados arquivos comunitários, sociais ou populares. Atualmente, há centenas de iniciativas de grupos no Brasil que produzem acervos destinados a registrar suas atividades e memórias. Contudo, na literatura acadêmica e na produção científica da Arquivologia, encontram-se poucos estudos que abordem esses arquivos explicitamente, e, quando mencionados, raramente discutem ou problematizam o conceito com base nos referenciais teóricos que o delimitam.

Na década de 1970, emergiram grupos que reivindicavam direitos à terra e a implementação de reformas agrárias, como a Comissão Pastoral da Terra, além de organizações voltadas à representação das vítimas da ditadura militar brasileira (1964–1985). Uma das iniciativas mais relevantes promovidas por esses grupos foi a constituição de arquivos com fotocópias dos processos de mais de 700 casos submetidos ao Superior Tribunal Militar (Universidade Estadual de Campinas, 2022). Os documentos evidenciam que membros de alta hierarquia do regime tinham pleno conhecimento das graves violações de direitos humanos ocorridas nas instalações dos serviços secretos. Sobre este arquivo foi publicado, em 1985, o livro *Brasil: Nunca Mais*, que se revelou fundamental para subsidiar as investigações realizadas pelas comissões da verdade no país a partir de 2012. Atualmente, embora se observe um aumento de movimentos sociais, grupos comunitários e diversas iniciativas arquivísticas promovidas pela sociedade civil, persiste uma lacuna no interesse e na pesquisa sobre essas experiências por parte do setor formal de arquivos no Brasil, o que dificulta a localização e compreensão dessas iniciativas.

No que se refere à interação dos arquivos comunitários com instituições externas, desde a década de 1970, foram criados diversos Centros de Arquivo e Coleções Especiais, especialmente em universidades, com o objetivo de reunir acervos provenientes de movimentos sociais e de grupos comunitários. Um exemplo notável é o Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas, no estado de São Paulo (que incorporou os documentos do projeto “Brasil: Nunca Mais”, mencionado anteriormente), o extenso acervo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,



localizado no Centro de Documentação da Universidade Estadual Paulista, na cidade de São Paulo, e iniciativas promovidas pela própria comunidade, como o Museu da Maré (2026), localizado no complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, e dedicado à preservação da memória, história e identidade local. No âmbito acadêmico, o Congresso Nacional de Arquivologia, realizado em 2022, dedicou uma sessão paralela aos arquivos de movimentos sociais, mas, apesar disso, a produção de pesquisa sobre tais arquivos permanece limitada. Um levantamento bibliográfico nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, publicados nos últimos dez anos, evidencia praticamente nenhum trabalho sobre o tema. Contudo, dois eventos recentes indicam um potencial para ampliar o interesse, a compreensão e a investigação sobre arquivos comunitários: em junho de 2022, a Casa de Oswaldo Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, promoveu um evento sobre arquivos comunitários com a participação da professora Wendy Duff; e, em outubro de 2022, a Universidade Federal Fluminense organizou, na Casa de Rui Barbosa, também na cidade do Rio de Janeiro¹⁸, um encontro sobre o tema, contando com a presença da professora Michelle Caswell.

Por fim, no que se refere ao financiamento e ao apoio, percebe-se maior envolvimento de ONGs em atividades de grupos comunitários e em seus acervos. Por exemplo, em agosto de 2022, a art. 19 promoveu um workshop com a presença de mais de cinquenta grupos comunitários, incluindo organizações LGBTQIA+, feministas, negras e indígenas, assim como comunidades de bairro e centros comunitários, para discutirem maneiras de organizar os seus documentos. As discussões, das quais esta autora participou, evidenciaram dois desafios centrais enfrentados por esses grupos: a escassez de recursos humanos e financeiros e a compreensão limitada da gestão de documentos digitais — especialmente dos veiculados em redes sociais. Apesar dessas dificuldades, constatou-se que todos os grupos participantes demonstravam consciência de seu papel e da relevância de suas ações na criação e na preservação das memórias e representações de suas comunidades.

Considerando a recorrente escassez de recursos financeiros e de expertise arquivística entre os grupos comunitários, bem como o ainda limitado interesse das instituições arquivísticas públicas por essas iniciativas, as instituições universitárias (especialmente aquelas que oferecem programas de pesquisa e cursos de Arquivologia) desempenham um papel estratégico no apoio e no

¹⁸ A vinda da professora Michelle Caswell se deu apenas no âmbito da UFF, não envolvendo a Fundação Casa de Rui Barbosa, como está no texto (NT).



fortalecimento dessas ações. Esse apoio pode se concretizar por meio da produção de estudos sobre arquivos comunitários e seus grupos, e da utilização desses acervos em atividades de ensino e extensão. A colaboração com universidades não apenas contribuirá para o desenvolvimento do conhecimento e das estruturas de suporte aos arquivos comunitários, como também promoverá maior conscientização e engajamento entre estudantes e futuros profissionais da área arquivística.

5 CHINA

A China possui uma trajetória histórica superior a quatro mil anos, caracterizada pela continuidade ininterrupta de sua civilização. Ao longo desse extenso período, desenvolveu-se uma cultura de elevada complexidade, o que torna extremamente desafiadora uma apresentação abrangente da situação em todo o território nacional. Diante disso, faz-se necessária a abordagem do tema sob uma perspectiva geral.

A China possui um sistema conceitual distinto para a compreensão dos arquivos comunitários, relacionado às práticas de desenvolvimento social e aos hábitos culturais nacionais. Começando pelo termo “comunidade”. Quando os estudiosos chineses aprenderam, pela primeira vez, o termo “comunidade”, compreenderam-no como um conceito geográfico. Quando se trata de arquivos comunitários na China, atualmente, as pessoas ainda tendem a entendê-los dessa forma — uma perspectiva em que os arquivos de povos e grupos minoritários são uma parte típica. Como parte integrante do país, as minorias populacionais refletem a diversidade da cultura chinesa e, no total, há 55 minorias. Essas minorias têm sua singularidade histórica e algumas delas preservaram preciosos registros históricos, que contribuíram para garantir a lembrança da história e da cultura das minorias (Li; Feng; Gao, 2021). Nos últimos anos, os arquivos das minorias na China têm sido mais visíveis para o mundo. Alguns deles, como manuscritos da antiga literatura Naxi Dongba e registros oficiais do Tibete da Dinastia Yuan, foram listados no Registro Memória do Mundo (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2026).

Nos últimos anos, têm-se desenvolvido alguns arquivos comunitários fundamentados em características de identidade compartilhada, como é o caso dos arquivos de trabalhadores rurais. Na China, estima-se que haja cerca de 300 milhões de trabalhadores rurais, cujos direitos necessitam de proteção e cujas memórias demandam preservação. Desde os primeiros anos deste



século, a importância desse reconhecimento tornou-se mais evidente, resultando na criação e manutenção desses arquivos tanto por instituições comunitárias, como o Museu dos Trabalhadores Rurais de Picun, quanto pelos Arquivos Nacionais.

As relações entre arquivos comunitários e instituições externas têm se intensificado na China. Desde a década de 2010, novas instituições foram estabelecidas com o objetivo de coletar diferentes tipos de arquivos comunitários, incluindo o Museu dos Trabalhadores Rurais de Picun, o Memorial das Vítimas do Massacre de Nanjing pelos Invasores Japoneses (The Memorial Hall of the Victims in Nanjing Massacre by Japanese Invaders, 2026) e o portal *Beijing Memory Resources* (2026), entre outros. Essa expansão possibilitou que o público voltasse a atenção para indivíduos cujas memórias poderiam, de outro modo, ser esquecidas. No âmbito da pesquisa acadêmica, o estudo dos arquivos comunitários na China teve início em 2014 e foi desenvolvido ao longo de aproximadamente nove anos até o presente. No início, as pessoas se concentravam em apresentar os resultados de pesquisas e escritos de outros países (incluindo de autores como Andrew Flinn, Mary Stevens, Anne Gilliland e Michelle Caswell), porém, depois disso, começaram a estudar os arquivos comunitários no contexto chinês, e alguns estudiosos escreveram artigos descrevendo a situação geral dos arquivos comunitários na China, como o Professor Lian Zhiyin sobre os arquivos Shuishu (Lian; Oliver, 2018) que são considerados arquivos de minorias internacionais. Paralelamente, pesquisas sobre arquivos comunitários têm sido apoiadas pelo Fundo Nacional de Ciências Sociais da China, instituição que representa o mais elevado nível de fomento à pesquisa em ciências sociais no país. Concomitantemente, um número crescente de universidades tem incorporado cursos dedicados ao arquivamento comunitário, promovendo, ainda, atividades práticas que possibilitam o diálogo e a reflexão sobre o arquivamento comunitário, em interação com os membros das respectivas comunidades.

Ademais, algumas grandes organizações sociais passaram a se engajar no apoio ao arquivamento comunitário, fornecendo recursos financeiros, orientação profissional e suporte tecnológico. Por exemplo, a *Tencent Corporation Foundation* contribuiu para a criação do *Tencent Tong Guan Dong Chorus Ecological Museum*, no qual se apresentam a cultura arquitetônica tradicional dos Dong e se promove a transmissão ativa do folclore registrado nos arquivos dessa comunidade.



Por fim, cabe questionar qual é a posição dos arquivos comunitários na China em relação à legislação e ao sistema nacional de arquivos e de patrimônio. O desenvolvimento desses arquivos é fortemente condicionado pelo arcabouço legal: caso os arquivos comunitários sejam formalmente reconhecidos, a lei passa a constituir um fator de apoio à sua expansão, na medida em que as necessidades desses arquivos passam a ser consideradas. Durante um longo período, não havia disposições explícitas sobre arquivos comunitários em documentos oficiais; contudo, essa situação vem se modificando nos últimos anos. Em 2020, a China atualizou a sua Lei Nacional de Arquivos, incluindo a disposição de que a participação de forças sociais na construção de recursos arquivísticos nacionais deve ser incentivada, o que pode ser interpretado como um sinal de estímulo ao arquivamento comunitário. Tal mudança indica que o ambiente legal atual tende a favorecer o fortalecimento e a ampliação do arquivamento em comunidades privadas.

Quanto aos sistemas de arquivos e ao patrimônio, uma tendência cada vez mais aparente é a de que os arquivos comunitários se tornaram, gradualmente, parte importante do ambiente dos arquivos públicos, à medida que os administradores dos departamentos de arquivos percebem o valor desses arquivos na formação da memória nacional e na defesa dos interesses de terceiros. Por exemplo, como mencionado, alguns arquivos públicos começaram recentemente a coletar e preservar arquivos familiares e de trabalhadores rurais.

6 PORTUGAL

Em Portugal, os arquivos comunitários têm recebido atenção limitada, embora existam exemplos de projetos e práticas que podem ser incorporados à sua concepção abrangente. A dificuldade de enquadrar determinados projetos nessa definição decorre de múltiplos fatores:

- (1) Terminologia: como mencionado na introdução, o uso do termo “arquivo comunitário” só recentemente e, mesmo assim, raramente, foi aplicado;
- (2) Definições: vários projetos estão conectados ou desenvolvidos por museus, bibliotecas ou arquivos locais, com diferentes graus de informalidade, mas, muitas vezes, não são exclusivamente de base comunitária. Frequentemente, eles nascem em museus, bibliotecas ou arquivos locais que promovem o engajamento e a prática junto a



comunidades específicas. Apesar disso, existem exemplos de projetos arquivísticos conduzidos de forma independente;

- (3) Sua independência e caráter, frequentemente, informal, podem dificultar sua identificação;
- (4) Houve muito pouco pensamento e reflexão sobre esse movimento em Portugal. Apesar desses desafios, há exemplos de projetos e iniciativas que podem ser considerados ao se abordar a questão dos arquivos comunitários.

Organizações independentes, como associações ou grupos informais, tendem a criar arquivos informais, muitas vezes digitais. O impulso de identificar e registrar patrimônios com possível valor para uma comunidade ou grupo específico, prestes a desaparecer, é, frequentemente, sua motivação. Esse é o caso do projeto “Fotomemória: Memória do Século XX”, desenvolvido pela associação local Ao Norte (2026), que digitalizou milhares de fotografias de coleções privadas e familiares em uma área específica no norte de Portugal, ou do “Arquivo de Memória” (2026), criado pela Associação de Amigos do Museu do Coa, que se concentra na história oral e nas histórias de vida de idosos em outra área geográfica específica.

Existem, também, casos de associações independentes dedicadas à documentação de assuntos específicos, como música — o arquivo de história oral Mural Sonoro (2026) é um exemplo disso —, as experiências de trabalho e ocupação, como o projeto de história oral desenvolvido pela Universidade Popular do Porto (2026), ou o projeto de história oral desenvolvido pela UMAR (2026), focado na vida e direitos das mulheres. A Associação AfroLis tem coletado material para um *podcast* sobre as experiências de pessoas de origem africana em Lisboa. Esses projetos, geralmente, dependem do trabalho e da dedicação de um ou dois membros da organização, com pouco ou nenhum orçamento específico. Eles também estão relacionados a áreas muito diferentes — cinema, imagem e antropologia, vida e trabalho rural, profissões e vida urbana, música ou movimentos sociais —, em vez de fazer parte de algum movimento maior e mais coerente de arquivos comunitários.

Também é importante mencionar o papel dos arquivos locais, dos museus e dos departamentos culturais da administração local. Embora estes possam não se enquadrar em uma definição mais ortodoxa de arquivos comunitários, eles podem coletar patrimônios importantes de comunidades específicas, com diferentes níveis de engajamento e participação. Esse é o caso da



indústria de conservas em Setúbal (Centro de Memórias do Museu do Trabalho Michel Giacometti), ou das tripulações de pesca do bacalhau em Ílhavo — onde o Museu Marítimo de Ílhavo (2026) desenvolveu uma plataforma de patrimônio digital chamada “Homens e Navios do Bacalhau”.

A coleta de materiais patrimoniais e a constituição de arquivos e coleções informais, frequentemente, emergem de um conjunto social de preocupações, vinculadas a outras atividades, tanto em organizações independentes quanto em projetos desenvolvidos em contextos mais institucionais. A memória assume um papel central ao estimular o engajamento, valorizando experiências individuais e subjetividades compartilhadas em torno de um lugar, de um tema ou de uma questão social específica. No caso de associações e grupos independentes, a preocupação acadêmica com o passado, inicialmente, recebe pouca ou nenhuma atenção da equipe; contudo, à medida que os projetos se expandem, torna-se comum a busca por colaboração acadêmica ou profissional. Tais associações e grupos, muitas vezes, estabelecem parcerias com arquivos locais, seja para consultoria profissional, orientação técnica ou acesso a equipamentos de digitalização. Adicionalmente, muitos projetos buscam consultoria e colaboração com acadêmicos individuais ou com grupos de pesquisa. Essas parcerias podem ocorrer de forma informal ou, com maior frequência, assumir, quando exigidas e valorizadas por oportunidades de financiamento, uma natureza mais institucionalizada. Também é importante mencionar o exemplo do programa Memória para Todos, desenvolvido pelo Instituto de História, Território e Comunidades (NOVA Universidade de Lisboa e Universidade de Coimbra), que colabora com diversas instituições — desde associações até empresas privadas — no desenvolvimento de projetos de recolha reunidos em uma plataforma digital. O programa também tem organizado uma conferência anual dedicada à História, Memória, Patrimônio e Comunidades, reunindo profissionais e estudiosos relacionados a arquivos comunitários.

Em Portugal, o regime geral para arquivos e patrimônio arquivístico está descrito nos Decretos nº 16/93 (Portugal, 1993) e nº 107/2001 (Portugal, 2001). Eles definem as tipologias de arquivos de acordo com sua proveniência — como arquivos Públicos ou Privados —, seu âmbito territorial — Nacional, Regional e Municipal —, origem, assunto/tópico e formato. Arquivos audiovisuais foram, inicialmente, excluídos do Decreto nº 16, no art. 1º, inciso 2 (Portugal, 1993) e, posteriormente, incluídos pelo Decreto nº 14/94 (Portugal, 1994), que estabelece que o patrimônio arquivístico fotográfico, fílmico, videográfico, fonográfico e informático é regulado por legislação



específica. O Decreto nº16/93 define, em seu art. 21, que a classificação de um arquivo como de interesse nacional “[...] não afeta a sua propriedade, mas impede sua alteração, divisão ou destruição sem o consentimento prévio da unidade reguladora” (Portugal, 1993, n. p.). Em 2001, houve uma revisão das políticas, do regime de proteção e da valorização do patrimônio cultural, na qual o patrimônio arquivístico foi definido em sentido mais amplo — orgânico e não orgânico —, com relevância cultural, pública ou privada. Um dos critérios para classificação ou inventário é o “[...] valor probatório e informativo do arquivo, baseado em sua relevância jurídica, política, econômica, social, cultural, religiosa ou científica” (Portugal, 2001, n. p.). A lei portuguesa faz referência à classificação de arquivos privados de valor histórico, sujeitos à mesma regulamentação do patrimônio arquivístico público, com possibilidade de doação, depósito ou de fornecimento de apoio técnico. Até o momento, não há referência direta a arquivos comunitários.

7 CONCLUSÃO

Este estudo configura-se como um trabalho em progresso e representa o início do que se espera ser um diálogo internacional contínuo, envolvendo pesquisadores, arquivistas comunitários e outras partes interessadas, incluindo regiões não contempladas neste artigo nem em nossas colaborações.

A partir dessa base e considerando os breves relatos aqui apresentados, observa-se a existência de exemplos de atividades independentes relacionadas a arquivos e ao patrimônio comunitário nos cinco países analisados. Embora se identifiquem algumas semelhanças centrais (notadamente, a valorização de arquivos e materiais de patrimônio vinculados a determinados grupos ou comunidades, bem como a atuação fundamentada nesse reconhecimento de valor, muitas vezes, motivada pelo receio de que sua memória e história possam ser esquecidas), verificam-se, também, diferenças relevantes e significativas no que se refere à terminologia utilizada, aos tipos de comunidades comumente envolvidas, à relação com parceiros externos e às oportunidades de financiamento e reconhecimento.

Considerações contextuais, como a história recente, fatores sociais e culturais e a organização do setor de arquivos e patrimônio, são de grande importância para explicar algumas dessas diferenças. Os processos históricos e os desenvolvimentos políticos influenciam diretamente



os tipos de comunidades e movimentos sociais que participam ativamente de iniciativas arquivísticas (e que podem desempenhar essas atividades publicamente), bem como determinam quais coleções podem ser preservadas e reconhecidas como valiosas.

Nesse contexto, o grau de reconhecimento jurídico e profissional revela-se igualmente relevante, uma vez que a legitimação, tanto por profissionais da área quanto pela legislação arquivística, impacta a visibilidade dos arquivos comunitários e o apoio potencialmente concedido à sua sustentabilidade a longo prazo.

Além disso, o desenvolvimento de uma terminologia adequada para designar essas iniciativas representa um desafio significativo. Embora a expressão “arquivos comunitários” possa ser empregada como descritor genérico, é necessária cautela para evitar sua aplicação acrítica e universalizante. Enquanto, em alguns dos países analisados, o engajamento comunitário com arquivos pode ocorrer de maneira independente e nos próprios termos das comunidades, em outros contextos a interação com parceiros externos (incluindo profissionais e acadêmicos) revela-se mais intrínseca ao processo de coleta comunitária e à apropriação do passado. Tais distinções evidenciam a complexidade envolvida na compreensão dos padrões de arquivamento comunitário, tanto entre países quanto em seus respectivos contextos nacionais, e reforçam a importância de prosseguir e expandir nossas pesquisas e diálogos sobre o tema.

No que se refere ao modelo desenvolvido e proposto pelos autores até o momento, espera-se que ele contribua de forma útil para a compreensão de como os arquivos comunitários são contextualizados e influenciados pelo seu ambiente. Observa-se, entretanto, que um enfoque exclusivo em um contexto nacional tende a subestimar a relevância de fatores locais e regionais significativos nos países, inclusive nos de menor extensão territorial, e não contempla os múltiplos contextos que impactam comunidades e arquivos comunitários de caráter multinacional ou diaspórico. Vale destacar, nesse contexto, que redes internacionais de arquivos diaspóricos específicos ou organizações independentes baseadas em identidade reconhecem tanto as semelhanças quanto as diferenças entre corpos comunitários de diferentes países. Embora se defenda a contínua relevância de uma abordagem comparativa internacional para a compreensão do arquivamento comunitário (assim como da prática e do valor do arquivamento em sentido amplo), tal defesa se fundamenta no reconhecimento de que essa análise demanda uma



perspectiva complexa e nuançada, socialmente situada, capaz de considerar conexões e contextos em múltiplos níveis, e não apenas no âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

AO NORTE – ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO E ANIMAÇÃO AUDIOVISUAL. **Lugar do Real**. Viana do Castelo, 2026. Disponível em: <http://lugardoreal.com/>. Acesso em: 15 maio 2026.

ARQUIVO DE MEMÓRIA. **O Projeto Arquivo de Memória**. Vila Nova de Foz Côa: Fundação Côa Parque, 2026. Disponível em: <https://arquivodememoria.pt/default.aspx?lang=PO&taM=0>. Acesso em: 15 maio 2026.

ARTS COUNCIL ENGLAND. **Our Open Funds**. Manchester, 2026. Disponível em: <https://www.artscouncil.org.uk/%20our-open-funds>. Acesso em: 10 maio 2026.

BASTIAN, J.; FLINN, A. (ed.). **Community archives, community spaces heritage, memory and identity**. London: Facet Publishing, 2020.

BEIJING MEMORY. **Home**. Beijing: Renmin University of China, 2026. Disponível em: <http://www.bjy.cn/>. Acesso em: 15 maio 2026.

CAMOLEZE, J. **Arquivos e movimentos sociais: um estudo da produção de documentos populares no setor nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 2022. 290 f. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) — Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/234955>. Acesso em: 16 jun. 2026.

CENTRUM ARCHIWISTYKI SPOŁECZNEJ. **Biuletyn Informacji Publicznej (BIP)**. Warszawa, 2023. Disponível em: <https://cas.bip-e.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

CENTRUM ARCHIWISTYKI SPOŁECZNEJ. **Centrum Archiwistyki Społecznej**. Warszawa, 2026a. Disponível em: <https://cas.org.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

CENTRUM ARCHIWISTYKI SPOŁECZNEJ. **Zbiory Społeczne**. Warszawa, 2026b. Disponível em: <https://zbioryspoleczne.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

COMMUNITY ARCHIVES AND HERITAGE GROUP. **Help with finding funding**. [S. l.], 2026. Disponível em: <https://www.communityarchives.org.uk/content/resource/funding>. Acesso em: 14 maio 2026.

COMMUNITY ARCHIVES AND HERITAGE GROUP. **Home**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.communityarchives.org.uk/search-for-an-archive>. Acesso em: 11 mai. 2026.

COSSON, F. The small politics of everyday life: local history society archives and the production of public histories. **Archives and Records**, [Londres], v. 38, n. 1, p. 45–60, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23257962.2016.1269646>. Acesso em: 11 maio 2026.

FINNEGAN, R. Introduction: looking beyond the walls. In: FINNEGAN, R. (ed.). **Participating in the knowledge society**. London: Palgrave Macmillan, 2005. p. 1–19.

FLINN, A. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, [London], v. 28, n. 2, p. 151–176, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00379810701611936>. Acesso em: 11 maio 2026.



FLINN, A. Working with the past: making history of struggle part of the struggle. *In*: CHOUDRY, A.; VALLY, S. (ed.). **Reflections on knowledge, learning and social movements: history's schools**. London: Routledge, 2018. p. 21–41.

FUNDACJA GENERAL ELŻBIETY ZAWACKIEJ. **Fundacja General Elżbiety Zawackiej**. Toruń, 2026. Disponível em: <https://zawacka.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

FUNDACJA OŚRODKA KARTA. **Ośrodek KARTA**. Warszawa, 2026. Disponível em: <https://karta.org.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

GŁÓWNY URZĄD STATYSTYCZNY. **Bazy organizacji oraz instytucji polskich i polonijnych za granicą**. [s. l.], 2026. Disponível em: <https://polonia.stat.gov.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

GLUZA, Z. Dekada przed archiwistyką społeczną. *In*: ZIĘTAL, K. (ed.). **Archiwistyka społeczna**. Warszawa: Fundacja Ośrodka KARTA, 2012a. p. 18–22.

GLUZA, Z. **Odkrycie KARTY**: Niezależna strategia pamięci. Warszawa: Fundacja Ośrodka KARTA, 2012b.

HALL, S. Whose heritage? un-settling 'the heritage', re-imagining the post-nation. **Third Text**, [s. l.], v. 13, n. 49, p. 3–13, 1999. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09528829908576818>. Acesso em: 11 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pará**: Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/>. Acesso em: 14 maio 2026.

ISHMAEL, H.; SOWINSKI, E. A.; FOSTER, K.; JOSEPH, E.; RICHARDS, N. E. Locating the black archive. *In*: POPPLE, S.; PRESCOTT, A.; MUTIBWA, A. (ed.). **Communities, archives and new collaborative practices**. Bristol: Policy Press, 2020. p. 207–218.

JURA CONSULTANTS. **Museums, Libraries, Archives Council**: Community Archives and the Sustainable Communities Agenda: Final Report. Loanhead: Jura Consultants, 2009. Disponível em: <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20111013140403/http://research.mla.gov.uk/evidence//view-publication.php?pubid=949>. Acesso em: 14 maio 2026.

LI, M.; FENG, H.; GAO, Y. A typology of Chinese 'archives'. **Archival Science**, [s. l.], v. 21, p. 173–192, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-020-09352-x>. Acesso em: 14 maio 2026.

LIAN, Z.; OLIVER, G. Sustainability of independent community archives in China: a case study. **Archival Science**, [s. l.], v. 18, p. 313–332, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-018-9297-4>. Acesso em: 15 maio 2026.

MANDER, D. Special, local and about us: the development of community archives in Britain. *In*: BASTIAN, J. A.; ALEXANDER, B. (ed.). **Community archives: the shaping of memory**. London: Facet Publishing, 2009. p. 29–47.

MELON, M. Diagnoza problemów związanych z trwałością zbiorów społecznych. *In*: ZIĘTAL, K.; MELON, M. **Strategia wzmacniania trwałości zbiorów społecznych**. Warszawa: Centrum Archiwistyki Społecznej, 2023. p. 25–57.

MINCZYKOWSKA, K. Wstęp. *In*: MINCZYKOWSKA, K. (ed.). **Informator o zbiorach Fundacji Archiwum Pomorskie Armii Krajowej**. Toruń: Fundacja Archiwum Pomorskie Armii Krajowej, 2000. p. 5–21.

MUSEU DA MARÉ. **O Museu da Maré**. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://www.museumare.org/museudamare>. Acesso em: 14 maio 2026.



MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO. **Homens e Navios do Bacalhau**. Ílhavo, 2026. Disponível em: <https://homensenaviosdobacalhau.cm-ilhavo.pt/>. Acesso em: 15 maio 2026.

MURAL SONORO. **Museu Sonoro**. [S. l.], 2026. Disponível em: <https://www.muralsonoro.com/>. Acesso em: 15 maio 2026.

POLSKA. **Strona główna**. Warszawa, 2026. Disponível em: <https://www.gov.pl/>. Acesso em: 14 maio 2026.

POOLE, A. H. The Information Work of Community Archives: A Systematic Literature Review. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 76, n. 3, p. 657–687, 2020. DOI: 10.1108/JD-07-2019-0140. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JD-07-2019-0140>. Acesso em: 14 maio 2026.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de janeiro. Estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico. **Diário da República**: n.º 19/1993, 12 jan. 1993. Série I-A. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/16-1993-584777>. Acesso em: 15 maio 2026.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei nº 107/2001, de 8 de setembro. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. **Diário da República**: nº 209/2001, 08 set. 2001. Série 1-A. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2001-72871514>. Acesso em: 15 maio 2026.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Lei nº 14/94, de 11 de maio. Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro. **Diário da República**: nº 14/94, 11 maio 1994. Série 1. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/14-1994-255815>. Acesso em: 15 maio 2026.

ROMAN, W. K. Aby pamięć nie zginęła? Polskie Archiwum Wojenne (1915–1921) i jego zbiory. **Archeion**, [s. l.], v. 120, p. 185–202, 2019. Disponível em: https://archiwa.gov.pl/wp-content/uploads/2022/02/Archeion_CXX.pdf. Acesso em: 14 maio 2026.

STATISTICS POLAND. **Home**. Warsaw, 2026. Disponível em: <https://stat.gov.pl/en/>. Acesso em: 14 maio 2026.

STEVENS, M.; FLINN, A.; SHEPHERD, E. New frameworks for community engagement in the archive sector: from handing over to handing on. **International Journal of Heritage Studies**, [s. l.] v. 16, n. 1–2, p. 59–76, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13527250903441770>. Acesso em: 14 maio 2026.

THE MEMORIAL HALL OF THE VICTIMS IN NANJING MASSACRE BY JAPANESE INVADERS. **The Memorial Hall of the Victims in Nanjing Massacre by Japanese Invaders**. Nanjing, 2026. Disponível em: <http://www.19371213.com.cn/>. Acesso em: 15 maio 2026.

THE NATIONAL LOTTERY HERITAGE FUND. **Our Work**. London, 2023. Disponível em: <https://www.heritagefund.org.uk/our-work/community-heritage>. Acesso em: 14 maio 2026.

UNIÃO DE MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA. **Projecto Memória e Feminismos**. Lisboa: UMAR, 2026. Disponível em: <http://www.cdofeminista.org/projecto-memoria-e-feminismos/>. Acesso em: 15 maio 2026.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Memory of the World**. Paris, 2026. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/memory-world>. Acesso em: 14 maio 2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Edgard Leuenroth. **Brasil Nunca Mais**. Campinas, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://ael.ifch.unicamp.br/node/82>. Acesso em: 14 maio 2026.

UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO. Centro de Documentação e Informação. **Projecto Memórias do Trabalho**. Porto, 2026. Disponível em: http://cdi.upp.pt/cgi-bin/arquivos.py?doc=apresenta_projecto_memorias&indice=0. Acesso em: 15 maio 2026.



WIŚNIEWSKA-DREWNIĄK, M. **Inaczej to zniknie:** Archiwa społeczne w Polsce – wielokrotne studium przypadku. Toruń: Wydawnictwo Naukowe UMK, 2019.

ZIĘTAL, K. Archiwa społeczne w Polsce—prezentacja i analiza wyników badań. *In:* JÓŻWIK, A.; ZIĘTAL, K. (ed.). **Archiwistyka społeczna:** diagnoza i wyzwania. Warszawa: Fundacja Ośrodka KARTA, 2017. p. 22–26.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.

